



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

6º PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIRO TUTELAR DE PEDRINHAS PAULISTA

PROVA OBJETIVA

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 40 questões objetivas.
- Preencher seus dados na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta alguma imperfeição. Caso haja algum problema, informe ao Coordenador da Comissão Especial Eleitoral.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala após transcorridas 1 hora do início da prova.
- Ao sair, você entregará ao Coordenador a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- Ao final da prova, os 03 últimos candidatos deverão permanecer na sala, a fim de presenciar o lacre do envelope das folhas de respostas e caderno de questões juntamente com o Comissão Especial Eleitoral, sendo liberados quando todos tiverem concluído.

Nome do Candidato

RG



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Um Conselheiro Tutelar que precise encaminhar um documento oficial a um Juiz iniciará seu texto da seguinte forma:

a) Sua Excelência Senhor Juiz, segue o relatório para Vossa Excelência analisar a necessidade ou não de incluir novas informações.

b) Ilustríssimo Juiz, segue o relatório para que Vossa Excelência analise a necessidade ou não de incluir novas informações.

c) Senhor Juiz, segue o relatório para que Sua Excelência analise a necessidade ou não de incluir novas informações.

d) Senhor Juiz, segue o relatório para que Vossa Excelência analise a necessidade ou não de incluir novas informações.

2. Qual frase está pontuada corretamente?

a) Maria e Ricardo casaram, tiveram filhos e foram felizes para sempre.

b) Maria e Ricardo, casaram, tiveram filhos e, foram felizes para sempre.

c) Maria e Ricardo casaram tiveram filhos e foram felizes para sempre.

d) Maria e Ricardo, casaram tiveram filhos e foram felizes para sempre.

3. Complete a frase abaixo, de modo que ela fique correta:

_____ 7h, Paulo chegou _____ loja. Somente _____ 7h30m, que ficou sabendo que _____ partir de hoje, estavam suspensas todas _____ compras, _____ prazo ou _____ vista.

a) Às- a – às – à – as –a – à;

b) As- à – às – a – as –à – à;

c) Às- à – às – a – as –a – à;

d) As – a – as – a – às – à – a.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

4. Indique a alternativa que apresenta erro quanto ao emprego do acento indicador de crase:

- a) Dirijo-me à esta pessoa como se fosse meu pai;
- b) Chegastes às onze horas;
- c) Habitua-se àquela boa vida;
- d) O pessoal da fábrica prefere fazer seus trabalhos à noite.

5. O texto abaixo tem sido muito divulgado na internet, em vários sites.

“Um homem rico estava muito mal, agonizando. Pediu papel e caneta. Escreveu assim: *'Deixo meus bens a minha irmã não a meu sobrinho jamais será paga a conta do padeiro nada dou aos pobres.*” Ele morreu antes de fazer a pontuação.

Para ele deixar a herança ao seu sobrinho, o texto deverá ser pontuado assim:

- a) Deixo meus bens à minha irmã? Não! A meu sobrinho. Jamais será paga a conta do padeiro. Nada dou aos pobres.
- b) Deixo meus bens à minha irmã. Não a meu sobrinho. Jamais será paga a conta do padeiro. Nada dou aos pobres.
- c) Deixo meus bens à minha irmã? Não! A meu sobrinho? Jamais! Será paga a conta do padeiro? Nada! Dou aos pobres.
- d) Deixo meus bens à minha irmã! Não! A meu sobrinho? Jamais! Será paga a conta do padeiro. Nada! Dou aos pobres.

6. Na frase “Prendi teu cachorro mas não o maltratei”, as palavras grifadas são:

- a) artigos;
- b) pronomes;
- c) adjetivos;
- d) conjunção.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

7. Indique a alternativa que apresenta erro quanto à concordância verbal:

- a) A vida dos trabalhadores é complicada;
- b) As regras do jogo são anormais;
- c) Faz dez anos que estive aqui;
- d) Espero que você seja feliz.

8. “Vossa Excelência ___ arrependerá de ter traído ___ povo”. A alternativa que melhor completa a frase é:

- a) vos – vosso;
- b) se – vosso;
- c) vos – seu;
- d) se – seu.

9. “Podem acusar-me: estou com a consciência tranqüila.”

Os dois pontos do período acima poderiam ser substituídos por vírgula, explicitando-se o nexos entre as duas orações pela conjunção:

- a) portanto;
- b) porquê;
- c) pois;
- d) como.

10. João, conselheiro tutelar, precisa redigir um documento a pedido do Prefeito Municipal e enviá-lo ao Presidente da República, cumprimentando-o. O pronome de tratamento que deverá ser empregado neste caso é:

- a) Vossa Iminência;
- b) Vossa Excelência;
- c) Ilustríssimo;
- d) Vossa Santidade.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA

11. Sobre as medidas específicas de proteção à criança e ao adolescente, analise as seguintes afirmações:

- I – orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- II – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- III – igualdade na relação processual;
- IV – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

Assinale a alternativa que apresenta as medidas de proteção à criança e ao adolescente previstas nos incisos do artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) apenas as afirmações I, II e IV.
- b) apenas as afirmações I, II e III.
- c) apenas as afirmações II, III e IV.
- d) Todas as afirmações.

12. Considerando o dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, analise as seguintes afirmações:

- I- primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- II - precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- III - preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- IV - destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

De acordo com o parágrafo único do artigo 4º, do Estatuto da Criança e do Adolescente que prescreve a garantia de prioridade à criança e ao adolescente, assinale a alternativa que contém as afirmações corretas:

- a) apenas as afirmações I, III e IV.
- b) apenas as afirmações I, II e IV.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- c) apenas as afirmações II, III e IV.
- d) Todas as afirmações estão corretas.

13. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto a seguir conforme artigo 191, do Estatuto da Criança e do Adolescente. “O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental terá início mediante portaria _____ ou representação do Ministério Público ou _____, onde conste, necessariamente, resumo dos fatos.”

- a) do Conselho Tutelar – do Juiz da vara da Infância e Juventude
- b) da Autoridade Judiciária – da Assistência Social
- c) da Assistência Social – do Conselho Tutelar
- d) da Autoridade Judiciária – do Conselho Tutelar

14. Conforme artigo 131, do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar é órgão:

- a) permanente e autônomo, jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- b) permanente e dependente, jurisdicional, encarregado pela Vara da Infância e da Juventude de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- c) permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- d) eventual e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

15. Sobre as atribuições do Conselho Tutelar, considere as seguintes afirmações:

- I - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- II - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- III – conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo;
- IV - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- V - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

Assinale a alternativa que apresenta as afirmações corretas sobre as atribuições do Conselho Tutelar, conforme artigo 136, do Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) apenas as afirmações II, III e IV estão corretas.
- b) apenas as afirmações I, III e V estão corretas.
- c) apenas as afirmações I, II, IV e V estão corretas.
- d) apenas as afirmações I, II, III e V estão corretas.

16. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas: “Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão _____ comunicados ao _____ da respectiva localidade, sem _____ de outras providências legais”.

- a) obrigatoriamente / pai / prejuízo;
- b) obrigatoriamente / Promotor de Justiça / necessidade;
- c) obrigatoriamente / Conselho Tutelar / prejuízo;
- d) obrigatoriamente / Diretor de Escola / necessidade.

17. Qual a condição da criança ou do adolescente em relação aos detentores de sua guarda, de acordo com a Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA)?

- a) condição de agregado, com direitos específicos que são determinados no ato de concessão de sua guarda;
- b) condição de dependente, exclusivamente quanto à assistência material e cuidados de saúde;



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- c) condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários;
- d) condição de dependência provisória.

18. A Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA) assegura ao adolescente o direito à profissionalização e à proteção no trabalho, deste modo faça a correspondência e assinale a alternativa correta:

A- ao adolescente até quatorze anos de idade.

B- ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos.

C- ao adolescente portador de deficiência.

() trabalho protegido

() bolsa de aprendizagem

() direitos trabalhistas e previdenciários

a) B, C, A;

b) A, C, B;

c) C, A, B;

d) B, C, A.

19. O trabalho noturno ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado no seguinte período:

a) entre as vinte e duas horas de um dia e às cinco horas do dia seguinte;

b) entre as vinte horas de um dia e às cinco horas do dia seguinte;

c) entre as dezenove horas de um dia e às oito horas do dia seguinte;

d) entre as vinte e uma horas de um dia e às seis horas do dia seguinte.

20. Quais as situações em que a autorização para viagem ao exterior de uma criança ou adolescente é dispensável

I - estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável;



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

II - viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida.

III- estiver completado 10 (dez) anos de idade

IV- estiver em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.

Analise as afirmações acima e assinale a alternativa correta:

- a) somente a III e IV;
- b) somente a IV;
- c) somente a I e II;
- d) somente a III.

21. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente são considerados penalmente inimputáveis os menores de_____, devendo ser considerada a idade do adolescente à data do fato.

- a) 18 anos;
- b) 21 anos;
- c) 16 anos;
- d) 15 anos.

22. Em relação às medidas sócio-educativas podemos afirmar que na prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente algumas medidas sendo:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semi-liberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII- trabalhos forçados.

Analise as afirmações acima e assinale a alternativa incorreta:

- a) somente a VI e II;
- b) somente a VII;



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- c) somente a III e IV;
- d) somente a I e V.

23. De acordo com Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA), ao adolescente autor de ato infracional deve ser preservado o direito de:

- a) ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente e de solicitar a presença de seus pais ou responsáveis em qualquer fase do procedimento;
- b) receber assistência financeira de órgãos governamentais, se constatado que provém de família pobre;
- c) ser privado de liberdade, exclusivamente como medida de proteção, por um período máximo de dois meses, aguardando decisões judiciais;
- d) receber, mensalmente, um salário mínimo caso lhe seja aplicada a medida de prestação de serviços à comunidade.

24. O artigo 98 da Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA) dispõe que “As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados”.

I – Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.

II – Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis.

III – Em razão da sua conduta.

Considerando as afirmativas acima, assinale a alternativa correta:

- a) I, II e III;
- b) apenas I e II;
- c) apenas II;
- d) apenas I e III.

25. Em caso de aplicação de medida sócio-educativa de Prestação de Serviços Comunitários, qual é o período máximo aplicável?

- a) 45 (quarenta e cinco) dias;
- b) 60 (sessenta) dias;
- c) 6 (seis) meses;



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

d) 9 (nove) meses.

26. Sobre a remissão é incorreto afirmar:

- a) depois de aplicada não poderá ser revista judicialmente;
- b) o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão como forma de exclusão do processo;
- c) remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semi-liberdade e a internação.
- d) iniciado o procedimento, a concessão da remissão pela autoridade judiciária importará na suspensão ou extinção do processo.

27. Sobre os direitos individuais podemos afirmar:

I- Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

II- A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.

III- A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.

Analisar as afirmações acima e assinalar a alternativa correta:

- a) somente a I e II;
- b) somente a III;
- c) somente a II e III;
- d) I, II e III.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

28. A competência para administrar privativamente as medidas de proteção aos adolescentes infratores é do:

- a) juiz da infância;
- b) presidente do conselho tutelar;
- c) conselho tutelar por meio de um conselheiro designado pelo juiz;
- d) do prefeito municipal.

29. A medida sócio-educativa que consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, junto a entidades assistenciais, hospitalares, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários é denominada:

- a) liberdade assistida;
- b) inserção em regime de semi-liberdade;
- c) prestação de serviços à comunidade;
- d) advertência.

30. De acordo com a Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA), a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto.

Esta afirmação refere-se:

- a) somente aos pais, integrantes da família ampliada e responsáveis;
- b) somente aos agentes públicos executores de medidas socioeducativa;
- c) somente aos pais;
- d) pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

31. Conforme determina o artigo 35, da Lei nº 8.069/1990 a guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o

- a) Conselho Tutelar
- b) Assistente Social
- c) Tutor
- d) Ministério Público

32. O artigo 140 do Estatuto da Criança e do Adolescente traz os impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Marido e mulher.
- b) Ascendentes e descendentes.
- c) Tio e sobrinho.
- d) Primos.

33. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente medidas socioeducativas, conforme artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente. São medidas socioeducativas, exceto:

- a) advertência.
- b) prestação de trabalho forçado.
- c) liberdade assistida.
- d) internação em estabelecimento educacional.

34. Assinale a alternativa correta quanto à condução ou transporte de adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional, conforme o artigo 178 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, para sua plena recuperação.
- b) não poderá ser conduzido ou transportado em condições atentatórias à sua dignidade, mesmo que impliquem risco à sua integridade física ou mental.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

c) não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental.

d) poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental.

35. Segundo a Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o direito à educação assegura:

I – a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

II – o direito de ser respeitado por seus educadores.

III – o direito de organização e participação em entidades estudantis.

IV – o acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência,

Analise os itens acima e assinale a alternativa correta:

a) somente os itens I, III e IV estão corretos;

b) I, II, III e IV estão corretos;

c) somente os itens I, II e III estão corretos;

d) somente os itens I e IV estão corretos.

36. Sobre a adoção da criança e do adolescente podemos afirmar:

I - A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

II - Se um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou concubino do adotante e os respectivos parentes.

III - É recíproco o direito sucessório entre o adotado, seus descendentes, o adotante, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 4º grau, observada a ordem de vocação hereditária.

Analise as afirmações acima e assinale a alternativa correta:

a) somente a III;



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- b) somente a I;
- c) somente a II;
- d) I, II e III.

37. Estão entre as atribuições do Conselho Tutelar:

I - Elaborar a proposta orçamentária para desenvolver seus planos e projetos.

II - Retirar da família as crianças que sofrem mãos tratos.

III - Atender crianças e adolescentes quando ameaçados e violadas em seus direitos e aplicar medidas de proteção.

IV- Atender e aconselhar os pais ou responsável, nos casos em que crianças e adolescentes são ameaçados ou violados em seus direitos e aplicar aos pais medidas pertinentes e previstas no Estatuto.

V- Encaminhar a justiça os casos que a ela são pertinente.

VI - Efetuar as matrículas das crianças com 6 anos no 1º ano do Ensino Fundamental.

VII- Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança e adolescente, quando necessário.

Analise as atribuições citadas nos ítems acima e assinale a alternativa correta.

- a) I, II, V e VI;
- b) I, II, IV e VI;
- c) III, IV, V e VII;
- d) I, IV, VI e VII.

38. Analise as definições abaixo:

I - Assistir é promover o atendimento das necessidades básicas da criança e do adolescente.

II - Necessidades básicas são: alimentação, vestuário e estudo.

III - Viver com dignidade é dispor de abrigo, higiene, alimentação, vestuário, convivência sadia, estímulos positivos para a adequada integração social.

Analise as afirmativas acima e assinale a alternativa correta:

- a) I, II e III;



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- b) somente a I;
- c) somente a III;
- d) somente a I e III.

39. De acordo com a Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA) quanto ao direito à profissionalização e à proteção no trabalho, pode-se afirmar:

I – É proibido qualquer trabalho os menores de 16 (dezesseis) anos de idade, em qualquer condição.

II – Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

III – A formação técnico-profissional obedecerá alguns princípios como: garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular, atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente e horário especial para o exercício das atividades.

Analise as afirmativas acima, assinale a alternativa correta:

- a) somente I e III;
- b) somente I e II;
- c) somente I está correta;
- d) somente II e III;

40. No que se refere unicamente à criança, o Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei n. 8.069/90, dispõe, sumariamente, em seu art. 1.º, acerca da:

- a) sua reinserção à sociedade;
- b) sua proteção integral;
- c) situação irregular em que vivem as crianças no país;
- d) cuidado com as crianças em conflito com a lei.